



Minas Gerais no contexto contemporâneo do feminismo brasileiro

Minas Gerais in the contemporary context of Brazilian feminism

*Letícia Amédée Péret de Resende*¹

*Letícia Godinho de Souza*²

*Flávia de Paula Duque Brasil*³

RESUMO

Este artigo discute os movimentos feministas atuantes em Minas Gerais na contemporaneidade à luz de interpretações sobre o momento atual do feminismo no Brasil. Conduz-se revisão teórica e entrevistas com representantes de movimentos e da burocracia pública.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Contemporâneo. Movimentos Sociais. Interação Estado-Sociedade. Repertórios de Ação Coletiva.

ABSTRACT

This article discusses contemporary feminist movements in Minas Gerais in the light of interpretations about the current moment of feminism in Brazil. Theoretical review and interviews with representatives of feminist movements and public bureaucracy were made.

KEYWORDS: Contemporary Feminism. Social Movements. State-Society Interaction. Repertoires of Collective Action.

* * *

Introdução

A vivência das mulheres no mundo é marcada por contínuas violências. A depender do território, do contexto político e socioeconômico em que estão inseridas, de sua classe, raça e sexualidade, varia a incidência das opressões

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduanda em Políticas de Cuidado com Perspectiva de Gênero pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Argentina. Administradora Pública pela Fundação João Pinheiro. E-mail: leticiaaperet@outlook.com.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora em C&T na Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leticia.godinho@fjp.mg.gov.br.

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, na Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, Brasil. E-mail: flavia.brasil@fjp.mg.gov.br.

sobre suas vidas. Como consequência, variam a experiência de ser mulher no mundo e as formas de resistência frente às opressões (MOHANTY, 2003).

Há clivagens nas interpretações da trajetória do feminismo no Brasil feitas por diferentes autoras e críticas às histórias narradas (ALVAREZ, 2014; CARNEIRO, 2019; DUARTE, 2019; MATOS, 2010; PINTO, 2003). A partir de distintas perspectivas, enquadram a trajetória em diferentes marcadores. Por contarem uma história que se passa no mesmo país, ainda que haja certa disputa em termos de significado e discurso que influi no resgate dessa trajetória, há convergências no que é narrado e nas análises sobre o momento recente do feminismo – marcado por um fluxo horizontal de discursos e práticas de feminismos plurais, pela multiplicação de feminismos, pelo fortalecimento da perspectiva interseccional das opressões e estratégias massivas de atuação e comunicação.

Tratando da atuação feminista organizada em movimentos, são notados enraizamentos, discursos e estratégias diversas que embasam seus repertórios de ação e de interação. Interações acontecem na construção cotidiana dos movimentos e levam à formação de redes de organizações ou atores políticos. Destaca-se que atores institucionais também circulam nessas redes, por serem responsáveis pela materialização de demandas em políticas públicas. Os movimentos feministas, sustenta Alvarez (2014), ancorados na sociedade civil, ampliam-se não apenas lateralmente, para abarcar suas diversas instâncias organizativas, mas geralmente também para além dela, se estendendo “verticalmente” em direção à sociedade política.

Alvarez (2014) constrói sua interpretação da trajetória do feminismo brasileiro partindo de um enquadramento dos feminismos como campos discursivos de ação. Esse enquadramento dá centralidade à interação entre atores - dentro de um mesmo campo e entre campos- e às correspondentes reelaborações de discursos e significados. Nesse sentido, contribui para o preenchimento de lacunas notadas por Carlos (2009) nas abordagens clássicas dos movimentos sociais no tocante aos nexos internos à ação coletiva e à relação dos participantes da ação coletiva com atores político-institucionais.

Sobre caminhos pouco percorridos e que devem ser mais explorados, Alvarez (2014) aponta para a necessidade de observar se há atores em

determinados campos movimentistas que se articulam verticalmente no interior do Estado, ou em partidos, e o que isso significa para o campo.

Tendo em vista as carências notadas por Carlos (2009) e Alvarez (2014), este artigo objetiva, em visão ampliada, contribuir para a discussão sobre o momento atual do feminismo no Brasil, a partir da realidade de Minas Gerais e seus movimentos feministas. Foi em Minas Gerais a criação, em 1873, do jornal *O Sexo Feminino*, periódico feminista de destaque em um período marcado por manifestações jornalísticas das mulheres. Mineiras também engendraram, em 1980, o movimento “Quem Ama Não Mata”, importante na luta contra a violência doméstica no país³ e que teve papel central na criação do então Centro de Defesa da Mulher. Em termos de políticas para as mulheres, o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais foi um dos precursores, criado em 1983, antes do Conselho Nacional da Condição da Mulher. Minas Gerais é, ainda, estado de Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo, grandes referências para o feminismo antirracista. Elas denunciam, seja na militância ou nas escrituras - no caso de Evaristo, violências de gênero marcadas pelas relações de raça e classe.

Para o proposto, este artigo analisa a correspondência dos movimentos feministas contemporâneos atuantes em Minas Gerais e da pasta estadual de políticas para as mulheres com o que interpreta a teoria sobre o momento recente do feminismo brasileiro. Mantém como referências o enquadramento do feminismo como campo discursivo de ação e contribuições de teorias dos movimentos sociais.

Para além dessa introdução, o artigo se organiza da seguinte forma: primeiro, aborda a noção de campos discursivos de ação colocando-a frente a discussões das teorias dos movimentos sociais; em seguida, traz interpretações do momento recente do feminismo brasileiro e suas características; então, parte para o momento de discussão sobre os movimentos feministas atuantes em Minas Gerais e o Estado: o método

³ Os assassinatos de Heloísa Ballesteros e Maria Regina Souza Rocha pelos maridos foram o estopim para uma mobilização de mulheres mineiras que reverberou nacionalmente. Cerca de 400 mulheres se reuniram nas escadarias da Igreja São José, em Belo Horizonte, no dia 18 de agosto de 1980, para protestar contra a violência de gênero. O ato teve repercussão na imprensa local e nacional.

escolhido para a apreensão de informações é explicado e são apresentados os resultados, atrelados a discussões. Por fim, traz as considerações finais.

Movimentos sociais e campos discursivos de ação em interação

As diferentes abordagens teóricas dos movimentos sociais que se desenvolvem a partir da segunda metade do século passado buscam compreender como se formam e conformam as ações coletivas. A noção de redes de movimentos Sociais (RMS) avança na análise das interações entre atores e seus desdobramentos e é, ainda, fundamental para a compreensão da noção de campos discursivos de ação, proposta por Alvarez (2014). Ambas noções constituem chaves analíticas para este artigo.

A TMR destaca os cálculos racionais de custo e benefício guiando a ação coletiva, que se viabilizaria na presença de recursos materiais, indivíduos dispostos e organização. Nessa ótica, os movimentos atuantes em torno de uma mesma pauta cooperariam entre si em alguns momentos, mas, em outros, competiriam por recursos (ALONSO, 2009).

A Teoria do Processo Político (TPP) coloca em relevo contextos macropolíticos para entender a formação da ação coletiva, trazendo a noção de estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 1998). Nessa perspectiva, mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político alterariam os canais para reivindicações, a permeabilidade institucional, a recepção das mobilizações pela sociedade, entre outros fatores que podem influenciar a dinâmica da ação coletiva. As estruturas de incentivos e/ou constrangimentos políticos afetariam os caminhos possíveis a serem seguidos pelos agentes e aqueles escolhidos como mais adequados à expressão de suas demandas (ALONSO, 2009), ou seja, seus repertórios de ação e de interação.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), de viés culturalista, mantém o enquadramento macrohistórico e atribui relevância para as ideologias, valores e crenças na ação dos movimentos. Nessa linha, a luta visaria alterar as orientações valorativas da sociedade, construindo novas identidades e linguagens (ALONSO, 2009). Exponente da TNMS, Melucci (1998) destaca que, ao interagirem, os atores coletivos produzem e negociam

significados e, nesta toada, redefinem suas interpretações sobre o curso das ações e suas próprias identidades coletivas.

Os desdobramentos das interações dos movimentos podem também ser discutidas sob a noção de redes de movimentos sociais (RMS), sistematizada por Diani (1992; 2003). Além de considerar ações extrainstitucionais e intrainstitucionais como não dicotômicas, foca na relação entre atores coletivos e os considera como *continuums* atividade e identidade que se reformulam no tempo (CARLOS, 2009). Essa perspectiva transparece nas elaborações de Alvarez (2014) sobre campos discursivos de ação, mas não só.

Os campos discursivos de ação se articulam por meio de linguagens, sentidos e visões de mundo ao menos parcialmente compartilhadas, e abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos. São observadas variações, ao longo dos diferentes contextos históricos, em seus pontos nodais e setores mais visíveis, no acesso de uns e outros ao microfone público e aos demais recursos de poder. Alvarez (2014) destaca ainda disputas por representações e significados internamente, dentro de um campo, e entre campos. Os diferentes campos se articulam através de redes político-comunicativas reticuladas, teias marcadas pela circulação de atores coletivos formais, de agrupamentos informais, de indivíduos atuantes, de práticas, ideias e discursos, disputando representações dominantes (ALVAREZ, 2014). Ao longo dessas teias político-comunicativas, o universo de significados que constituem o discurso feminista são traduzidos e (re)construídos, (re)norteando estratégias e identidades.

Interagem nessas redes atores situados não apenas na sociedade civil, mas na sociedade política, no Estado e nas instituições intergovernamentais. Nesse sentido, os movimentos não apenas se ampliam lateralmente na sociedade civil, mas também “verticalmente”.

Sobre a interação dos movimentos sociais com o Estado, há divergências nas teorias clássicas. Enquanto a TNMS aponta para cooptação e perda de autonomia dos atores sociais, teóricos da TPP tem outra visão. McAdam, Tarrow e Tilly (2009) não assumem uma descontinuidade fundamental entre política institucional e movimentos. Os repertórios de

atuação dos movimentos poderiam abarcar tanto ações extrainstitucionais quanto intrainstitucionais.

São identificáveis na noção de campos discursivos de ação, portanto, parcialmente ou entrecruzadas, ideias das diferentes teorias clássicas. Há proximidade da noção de RMS com o que argumenta Alvarez (2014) sobre as redes nas quais se articulam os campos, e o reconhecimento das interações entre movimentos e institucionalidade se aproxima dos aportes de McAdam, Tarrow e Tilly (2009). A identificação de disputas por representações e significados conversa com noções de competição da TMR. Ainda, essas disputas aparecem redefinindo relações de poder nos campos e podendo ser influenciadas por contextos macropolíticos. Os sujeitos não apenas enquadram estrategicamente suas demandas conforme o contexto, mas disputam constantemente significados em espaços discursivos.

O feminismo brasileiro e seu momento recente

A depender de onde e como são buscadas as manifestações feministas, e do que se compreende como feminismo, varia a história contada sobre a trajetória do feminismo brasileiro e seus marcadores.

Duarte (2019), por exemplo, narra quatro momentos áureos, sendo o primeiro situado nas primeiras décadas do século XIX, com a luta pelo direito básico de aprender a ler a escrever. Pinto (2003) enquadra a história do feminismo brasileiro em ondas, sendo a primeira marcada centralmente pela luta em torno dos direitos políticos – o que corresponderia, talvez, ao terceiro momento na interpretação de Duarte (2019) -, com divergências e expressões alternativas. Apesar dos diferentes enquadramentos e interpretações, que não se restringem ao que se entende como momento inicial, os fatos que localizam para narrar são muitas vezes similares.

A história “oficial” do feminismo brasileiro é marcada pela visibilidade pública de mulheres brancas e das classes média e alta nos séculos XIX e XX. O esperado, se tratando de um país que aboliu a escravidão apenas em 1888 e que tem enraizadas visões desumanizadoras em relação à população negra. Lélia Gonzales, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento desempenham papel

importante com suas militâncias e elaborações resgatando a luta histórica e sistemática travada pelas mulheres negras. Tendo em vista que as opressões que sofriam enquanto mulheres estavam atreladas necessariamente às relações raciais, as estratégias desenvolvidas para enfrentar os processos de dominação/opressão que procurava mantê-las como objeto, ou as lutas que travavam para a libertação, precisavam passar pela dimensão racial. Ainda, Gonzales (2020a) critica o movimento de mulheres das últimas décadas do séc. XX que, por ser originário do movimento de mulheres ocidental, reproduziria seu “imperialismo cultural”.

Quando Gonzalez (2020b, 2020c) resgata as estratégias de resistência passiva das “mães pretas”, e elabora a categoria da Amefricanidade para a construção do feminismo, e quando Carneiro (2019) argumenta por enegrecer o feminismo, assumem papel fundamental na (re)elaboração do feminismo a partir do antirracismo. Quando Nascimento (UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-*AFRICANISTAS*, 2018) resgata as estratégias e modos de vida dos quilombos enquanto sistemas sociais alternativos organizados pelos negros, fortalecendo a memória ancestral das mulheres negras sobre a luta pela libertação e contra a dominação, arma as feministas antirracistas de instrumentos ancestrais para a resistência. Ao lado de outras mulheres em luta, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento contribuem para a disputa de significados e representações, tornando-se referências para o enegrecimento dos discursos e estratégias dos feminismos contemporâneos.

São observadas maiores convergências nas leituras sobre o momento recente. Para apontar suas características, mobiliza-se interpretação construída por Alvarez (2014) da trajetória dos feminismos sulamericanos, a partir do enquadramento dos feminismos como campos discursivos de ação.

O primeiro momento seria de “centramento” e configuração do “feminismo no singular”, que corresponderia à década de 1970 e meados de 1980. Nesse período, as feministas se mobilizavam ancoradas no campo mais amplo da resistência e oposição à ditadura e constituíam um campo discursivo de ação heterogêneo. Setores feministas descolados de partidos e movimentos populares disputavam uma delimitação do feminismo e distinção das “outras” ativistas. As autônomas obtiveram hegemonia, afastando representações da

heterogeneidade do campo feminista. Alterizadas, mulheres do movimento negro se articulavam em paralelo. Lélia Gonzalez denunciava a neutralização da dimensão racial da opressão pelas hegemônicas (Alvarez, 2014).

O segundo momento seria de “descentramento” e pluralização dos feminismos, e do “*mainstreaming*” do gênero, ou fluxo vertical. No final dos anos 1980 e anos 1990, com a transição democrática e a adoção de um modelo econômico neoliberal, os discursos feministas passaram a circular mais amplamente em partidos, governos e mecanismos transnacionais. Não sem controvérsias: foram incorporados de forma despolitizada e tecnocratizada, o que gerava disputas entre feministas e delas com a institucionalidade.

Muitos dos coletivos formados por aquelas autonomistas viraram ONGs especializadas e profissionalizadas, que figuraram como as atoras mais visíveis nos campos feministas nos anos 1990 e com maior acesso a recursos de poder. Apesar da maior visibilidade das ONGs, multiplicavam-se coletivos de mulheres informais e agrupamentos em organizações mistas já existentes. Destaca-se o papel dos grupos feministas internos ao Partido dos Trabalhadores e aos seus movimentos de base na pluralização do campo, como nós articulares, produtores de conhecimento e disseminadores de discursos. Para as feministas negras, as redes, os espaços de encontro regionais, nacionais e internacionais permitiram ampliar vínculos e visibilidade. As consideradas “outras” pela representação hegemônica, se tornaram “outros feminismos” – pluralização dos feminismos (ALVAREZ, 2014).

O terceiro momento, contemporâneo, é interpretado por Alvarez (2014) como marcado pelo “*sidestreaming*”, com fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para diversos setores paralelos na sociedade civil, e uma resultante multiplicação de campos feministas. Ganham destaque as feministas críticas ao neoliberalismo, com a consolidação das críticas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas – disseminada a perspectiva interseccional e de luta contra todas as opressões. Nota-se ímpeto por atuação antissistêmica, sendo que espaços de expressões altermundistas marcaram o início dessa fase na qual o feminismo segue se remodelando em interação com outros campos discursivos paralelos, grupos da sociedade civil e “não cívica”.

São priorizadas pelos atores coletivos ações públicas, sendo as marchas muito presentes e fortalecidas pelo predomínio dos meios massivos de comunicação. Ao mesmo tempo, é importante notar a presença do Estado no campo feminista, com o chamado “feminismo estatal participativo” (Matos, 2010). Os espaços de participação engendrados e os processos de preparação para as Conferências de Políticas para as Mulheres se destacam como articuladores do campo brasileiro recente, isso por incitarem a articulação de feministas atuantes em distintas expressões movimentistas agregando forças para incidir conjuntamente nesses espaços (Alvarez, 2014).

Multiplicam os coletivos feministas e se destaca a estratégia de construir núcleos de mulheres internos aos demais campos movimentistas para divulgar e reforçar a perspectiva feminista (ALVAREZ, 2014). O momento atual é marcado não só pela proliferação de atoras auto-identificadas com o campo feminista e que nele disputam espaço e poder, mas também por um descentramento no interior desses feminismos plurais. Ou seja, multiplicam-se os campos, as disputas dentre eles e internas a eles.

O movimento de mulheres negras figura como um campo discursivo de ação em si, com vertentes também em disputa. A pluralidade no interior do campo discursivo de ação do feminismo negro traz consigo, como estratégia, a consolidação de alianças na diversidade. Ainda que tenham maior visibilidade que em momentos anteriores, a hegemonia do feminismo segue disputada: a multiplicação de feminismos populares vem junto com uma popularização do feminismo, que traz consigo inclusive expressões liberais (ALVAREZ, 2014).

Além da autonomia, o racismo e a desigualdade constam também como importantes discursos articuladores. Além desses, figuram a sexualidade, a corporalidade e as identidades de gênero. O discurso decolonial, atrelado às ideias do bem viver, é pautado sobretudo pelas mulheres negras e indígenas.

Os avanços são ainda permeados por contradições. Há fragilidades prementes. Ainda que façam parte do debate e ganhem força nas disputas dentre campos feministas, carecem de fortalecimento pautas como o aborto, o encarceramento em massa e o genocídio de jovens negros (que impacta fortemente a vida das mães desses jovens).

Movimentos feministas contemporâneos em Minas Gerais

4.1. Metodologia

Para coletar informações sobre os movimentos feministas atuantes em Minas Gerais, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com atrizes-chave: representantes dos movimentos e da pasta estadual de políticas para as mulheres.

As representantes da burocracia entrevistadas foram selecionadas pela posição estratégica que ocuparam na pasta. São duas: a Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais no período em que a pesquisa foi realizada - dois primeiros trimestres de 2019 (entrevistada A); e a anterior Subsecretária de Políticas para as Mulheres (entrevistada B). Esta última integra a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, tendo respondido, também, como participante deste movimento.

A seleção dos movimentos estudados partiu do entendimento de que as mulheres não constituem grupo hegemônico. Sendo assim, são representadas por movimentos distintos, o que torna necessária a incorporação dessa diversidade. Para identificar os movimentos de atuação destacada na região, recorreu-se ao método da amostragem em bola de neve, que utiliza cadeias de referência para localizar os atores a serem estudados (VINUTO, 2014).

Além das representantes da burocracia estatal mencionadas, foram entrevistadas duas representantes da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) (entrevistadas C e D), uma representante do Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) (entrevistada E), uma representante do Movimento Graal (entrevistada F), duas representantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) (entrevistadas G e H), e uma representante, simultaneamente, da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais (RMNMG), da Rede Afro LGBT (RALGBT) e da Rede de Mulheres Les e Bi (RMLB) (entrevistada I). A última foi Diretora de Articulação Institucional na pasta estadual de políticas para as mulheres, quando a pasta tinha status de subsecretaria (2015 – início de 2019).

4.2. Pautas, ações, interações e estratégias

A começar pela Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da FETAEMG, organização de mulheres dentro do movimento sindical rural misto. Segundo a entrevistada C, a Comissão foi formada a partir da conquista do direito das trabalhadoras rurais à sindicalização e do seu reconhecimento na Constituição de 1988. Atua visando fortalecer a organização das mulheres dentro do movimento misto e dar maior visibilidade às mulheres trabalhadoras rurais e suas pautas, em geral colocadas em escanteio pelos sindicalistas rurais. Ressalta também a inserção de debates sobre opressões raciais, sexualidade e questões indígenas.

Ao tratar do repertório de ação, a entrevistada C menciona atividades de formação política que não apenas visam fortalecer a consciência das mulheres de que são trabalhadoras e não meras ajudantes de seus maridos, como de que são cidadãs que podem e devem ocupar espaços político-institucionais e disputar cargos eletivos. Menciona ainda reivindicações a órgãos públicos e participações em espaços engendrados pelo Estado, como o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, a construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Voltando às ações extrainstitucionais, além das formações políticas destaca a construção da Marcha das Margaridas - mobilização que reúne, de 4 em 4 anos, mulheres trabalhadoras rurais -, central para pautar o debate da vida das mulheres do campo e de reposicioná-las dentro do movimento sindical rural. A entrevistada C destaca interações que acontecem durante o período de organização da Marcha, com organizações a nível local, estadual, nacional e internacional. Sobre a construção em nível estadual, além das parcerias com outros movimentos sociais e sindicais, menciona a realização de audiência pública para lançamento da Marcha das Margaridas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A audiência é vista como conquista.

Já sobre o Movimento de Mulheres Olga Benário, a entrevistada E ressalta sua luta pela emancipação das mulheres e sua perspectiva marxista.

Reconhece que as opressões se entrelaçam e que, portanto, a emancipação das mulheres em sua diversidade não vai se constituir nesse sistema, sendo necessária a superação do capitalismo. Sobre seu repertório de ação, indica duas linhas de ação: uma de formação política, com debates teóricos sobre relações de dominação e patriarcado; outra prática, com manifestações de rua e ocupações de prédios públicos, por exemplo, como formas de pressionar o Estado.

O movimento realiza ações extrainstitucionais de enfrentamento às decisões ou omissões do Estado, mas estabelece também interações com a institucionalidade, como quando participa da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e conta com representações ocasionais em instituições participativas. O caso da gestão da Casa de Referência da Mulher Tina Martins denota uma ação extrainstitucional que em vários momentos interage com a institucionalidade. A Casa é uma conquista do movimento diante da lacuna deixada pelo Estado no atendimento às mulheres em situação de violência. Sustentado pela ação das militantes, o espaço contou, em alguns momentos, com apoio financeiro do Estado.

Além da relação com outros movimentos de mulheres (ela cita A Partida), a visão transversal da pauta e perspectiva antissistêmica se expressam nas interações com outros grupos, que embora inseridos em outros campos discursivos de ação – ex. movimentos estudantis e de luta por moradia -, pautam horizontes comuns. Nota-se aqui a ideologia influenciando a estratégia da ação coletiva. Chama a atenção o fato de muitas de suas militantes se engajarem em partido político - ambiente de notado fortalecimento de vínculo com outros atores -, apontando para um entendimento da importância de se disputar também a institucionalidade.

O movimento Graal e a Marcha Mundial das Mulheres organizam-se internacionalmente. O Graal nasceu na Holanda, fundado por um P.e jesuíta, e atua no Brasil há cerca de 70 anos. Segundo a entrevistada F, agrega mulheres de várias religiões e não se apega a dogmas, sendo a busca pelo empoderamento das mulheres seu guia. Sua atuação no Brasil começou tendo a saúde como foco, mas se expandiu e hoje envolve saúde e sexualidade, direitos reprodutivos, empoderamento social, econômico, e o enfrentamento à

violência. O Graal se volta às mulheres populares das comunidades rurais e urbanas, e reconhece o racismo como dificultador da emancipação.

Sobre o repertório do Graal, a entrevistada F menciona ações extrainstitucionais como oficinas e seminários, além de encontros internacionais para discussões temáticas. Ao mesmo tempo, atua no chamamento de audiências públicas e projetos junto com o Estado. Ela reforça uma valorização do papel do Estado como implementador de políticas públicas e, diferentemente das demais entrevistadas, não mencionando ações na linha oposicional. Menciona constante atuação em rede, nomeando organizações com as quais articula, como a Cáritas e FETAEMG, e também os Centros de Referência de Assistência Social. Participam da Marcha das Margaridas.

A MMM, por sua vez, surge de uma mobilização para uma campanha global de mulheres, e chega no Brasil a partir das mulheres da Central Única dos Trabalhadores – ou seja, a partir de mulheres articuladas internamente em uma organização mista. O movimento parte de uma reflexão sobre as causas da pobreza e da violência e é guiado por princípios antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas. A divisão sexual do trabalho e os direitos sexuais e reprodutivos, figuram como pautas fortes, e a auto-organização das mulheres e a horizontalidade têm centralidade na forma como se organiza.

Quanto à atuação do movimento, as ações extrainstitucionais são o principal foco - manifestações de rua figuram como estratégia importante, ao lado de articulações com outros movimentos, formações políticas, colagens de lambe-lambes, ações de solidariedade, batucadas e rodas de conversa. O movimento atribui importância à implementação de políticas públicas pelo Estado, e as reivindica tanto por meio das ações citadas, quanto com atuações intrainstitucionais, pela representação em instâncias participativas – no Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, por exemplo. Ressalta-se uma pontuação da entrevistada H sobre a atuação intrainstitucional: não se trata de ocupar um espaço puro e simplesmente. Mas de uma leitura de que estar naquele espaço, em determinado contexto político, tem um sentido estratégico para a construção de um projeto maior.

A MMM interage constantemente com outros movimentos progressistas, tanto exclusivamente femininos quanto mistos. As alianças se inserem na perspectiva de uma transformação sistêmica e se justificam pela construção de alternativa semelhante, bem como para reforçar a perspectiva feminista nas organizações mistas. Participa também de espaços internacionais, como a Jornada Contra o Neoliberalismo e a Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas. Como momentos de interação mais intensa dizem das datas do calendário feminista. E como espaços de maior interação, mencionam a Frente Brasil Popular, que articula organizações da esquerda, a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, a Marcha das Margaridas, os espaços participativos institucionais e encontros internacionais (Entrevistada G).

A entrevistada I, por sua militância em diversos espaços, responde pela Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, pela Rede Afro LGBT e pela Rede de Mulheres Les e Bi e, em sua entrevista, articula suas experiências nos diferentes espaços. As três redes em questão contam com atividades tanto intrainstitucionais quanto extrainstitucionais.

Quanto ao repertório de ações extrainstitucionais da RMNMG, são mencionadas rodas de conversa, marchas, atividades culturais e atividades de autocuidado. Ainda, uma linha de atuação voltada para o bem-viver e para a troca de saberes, além da realização do I Encontro Estadual de Mulheres Negras. Também a RMLB conta no seu repertório com a realização de grandes encontros e caminhadas de rua, tendo realizado, por exemplo, o 4º Encontro Estadual de Les e Bi, em 2016, e a 1º Caminhada de Les e Bi do Vale do Aço. Para a RALGBT, a entrevistada I menciona 3 eixos de atuação: controle social, informação e mobilização de rede de solidariedade. Aponta para atividades extrainstitucionais como piqueniques, marchas e seminários, e menciona estratégias políticas para as eleições, sugerindo a não negação da disputa institucional. O fortalecimento de candidaturas aparece como uma discussão que vem sendo feita também na RMNMG.

Além da disputa por cargos eletivos, valorizam a participação em comissões, comitês, conferências, fóruns, dentre outros, sendo mencionada a participação de representantes das redes em espaços municipais, estaduais e

nacionais, são alguns deles o Conselho Municipal de Igualdade Racial de Belo Horizonte, o Conselho Estadual de Saúde Integral da População LGBT e o Conselho Nacional da Juventude. A presença nesses espaços denota vínculo com o Estado, nesses momentos, de natureza cooperativa. Ao mesmo tempo, realizam controle social no âmbito das políticas públicas.

A entrevistada I menciona a presença na RALGBT de militantes que ocupam diferentes partidos políticos, reunidos pelo reconhecimento de uma identidade coletiva que os leva a estratégias conjuntas. Ressalta a importância das trocas nesses espaços, com um “leva e traz” de perspectivas que fortalece o conjunto da luta.

As referidas redes interagem também com outros atores coletivos, como organizações ligadas a categorias profissionais, e com personalidades defensoras dos direitos humanos. No caso da RMLB, os Seminários Nacionais de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI) são apontados como momentos de reforçada interação. No caso da RALGBT, destaca-se a entrada na Articulação de Mulheres Negras do Brasil e o Fórum Permanente de Igualdade Racial como espaços de troca. A RALGBT tem ainda articulação internacional, com representação na Organização dos Estados Americanos.

Sobre a finalidade das interações, há vínculos para a captação de recursos e execução de projetos conjuntos. São parte também da retomada da ancestralidade e do "aquilombamento". O movimento negro, dizem as entrevistadas I e B, está se aquilombando, ou seja, buscando na ancestralidade formas de resistência e fortalecimento mútuo dos grupos marginalizados. A entrevistada B aponta para a necessidade de buscar no conhecimento e nas práticas afro centradas direções para enfrentar o atual contexto político, de precarização da vida e desfavorável aos movimentos sociais. Falando sobre estratégia, comenta que a conjuntura deve importar, mas não deve ser tudo: se os movimentos forem se reorganizar a cada alteração de conjuntura, gastarão muita energia se reajustando e as lutas serão prejudicadas. Devem ter um enraizamento que os oriente e, no caso das mulheres negras, essa raiz é nos ensinamentos da ancestralidade.

Ou seja, oportunidades e constrangimentos ligados a contextos políticos devem ser considerados na estratégia dos movimentos, mas não

isoladamente. "Ter raiz" em alguma coisa se vincula a crenças, valores e ideologias como guias primeiros para o ator coletivo. É a partir delas que os demais fatores devem ser considerados.

4.3. As redes político-comunicativas e os movimentos

Neste momento, tratar-se-á da percepção das entrevistadas sobre a situação dos movimentos feministas no estado em termos de redes e vínculos, considerando a articulação entre atores coletivos e outras/os atoras/es conformando campos discursivos de ação e, mais além, pensando nas teias político-comunicativas onde interagem. Apenas a entrevistada F traz uma percepção de os vínculos entre os movimentos já serem fortes. As demais apontam para processos de fortalecimento não lineares. Há uma vontade generalizada de maior articulação, mas são apontados dificultadores, como determinados contextos políticos, sociais e econômicos. Mesmo a entrevistada F concorda sobre a vulnerabilidade dos movimentos no período atual, e acusa o empobrecimento da população e os efeitos da crise econômica como dificultadores da participação, da organização e da atuação do grupo. Acredita, contudo, na chance de o momento impulsionar novas estratégias.

A entrevistada I argumenta que a falta de recursos materiais é estratégica para um governo avesso à força popular:

[...] você tem que optar [...] “não vou no Parque Municipal militar porque eu preciso dessa grana pra pagar o transporte pra estudar no decorrer da semana; ah, cara não dá pra poder militar, participar de reunião durante a semana [...] porque eu não tenho dinheiro para pagar o aluguel”. Então assim, acho que essa conjuntura de ausência de recursos, de ausência de emprego, de ausência de possibilidades, também faz com que a gente não consiga esse processo de unidade, esse processo de fazer junto. Porque a gente tá numa luta pela sobrevivência, principalmente o povo preto. (Entrevistada I)

O contexto de precarização surge, portanto, como dificultador para a intensificação dos fluxos horizontais de discursos e práticas dos feminismos – para o “*sidestreaming*” - tendo em vista que a própria mobilização e participação dos sujeitos em espaços de interação fica prejudicada. Ao mesmo tempo, um cenário de constrangimentos reforça a importância de uma rede de suporte mútuo e da atuação conjunta tanto para manter direitos conquistados, quanto para que os movimentos sobrevivam. Apesar disso, a

entrevistada H pontua que não necessariamente um inimigo comum leva a mais articulações e redes fortes, visto que divergências quanto aos caminhos e instrumentos para enfrentamento dificultam ações conjuntas dadas as dificuldades dos atores para coordenar disputas políticas e convergências.

Ainda, a entrevistada G acrescenta haver uma disputa de micropoderes entre indivíduos atrapalhando interações entre movimentos e o caminhar das lutas coletivas. Além dessas, menciona também disputas entre movimentos por visibilidade e força política. A construção dos eventos em torno do Dia Internacional de Luta das Mulheres exemplifica essas dinâmicas. Interações nesse período podem tanto fortalecer cooperações quanto conflitos entre diferentes atores coletivos e grupos políticos, já que são notadas disputas por recursos de poder, por representações e significados – indo de encontro à noção de as lutas interpretativas serem constitutivas dos campos feministas.

A entrevistada H aponta para os espaços institucionais de participação como ambientes que favorecem a cooperação e a convergência entre os movimentos, pelo fato de estarem ali enquanto sociedade civil e, frequentemente, com reivindicações comuns. Não nega que ocorram também disputas. Além disso, relaciona gestões estaduais a maior acesso de determinados grupos da sociedade civil a recursos e posições estratégicas, sugerindo que um (des)alinhamento político-ideológico de determinados movimentos em relação ao governo tende a posicioná-los, melhor ou pior, em termos de acesso a recursos de poder e a espaços institucionais de diálogo e construção de vínculos. De novo, aparece o componente ideológico na equação.

As entrevistadas E e G, representantes dos movimentos expressamente anticapitalistas – MMM e MMOB - justificam a importância da construção em rede por compreenderem as opressões de classe, gênero e raça enquanto estruturais. Trazem uma discussão antissistêmica de que a luta passa pela articulação dos diferentes atores que existem no sistema capitalista em lugares distintos, que experimentam as opressões de formas diferentes, mas estão submetidos a uma mesma estrutura social a ser superada a partir da luta coletiva. Linguagens e significados compartilhados conformando campos e interações, notados, adicionalmente, nas falas das entrevistadas que recorrem à ancestralidade para conformar suas interpretações e estratégias.

A demanda por interação surge ainda para complexificar as abordagens tendo em vista a transversalidade das demandas. Adicionalmente, a entrevistada D aponta para um processo de aprendizagem a partir das trocas na interação entre atores. Os vínculos, as expertises do outro ensinam, ela diz, e abrem os olhos para outras interpretações. Sua percepção vai de encontro à perspectiva de formação e orientação dialéticas do ator coletivo. Dialoga com Melucci (1998) e com a noção da RMS, entendendo que, nas interações, significados são negociados e continuamente reformulados. Remete à (re)elaboração de sentidos a partir dos fluxos horizontais de discursos e práticas, nos termos de Alvarez (2014).

4.4. Feminismo estatal participativo? A visão dos movimentos feministas sobre a atuação *do e no* Estado de Minas Gerais

A percepção dos movimentos feministas quanto à atuação do Estado na pauta dos direitos das mulheres é, de modo geral, negativa. Há insatisfação quanto à omissão estatal frente a dificuldades colocadas na vida das mulheres, mas nuances nas percepções segundo os períodos pelos quais passou a pasta estadual de políticas para as mulheres. A percepção quanto à abertura da pasta à participação também se altera.

Sobre o período da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres (CEPAM) (2007 – início de 2015), os movimentos viam pouca atuação e os espaços de participação se resumindo a conferências. Já no período da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SPM - MG) (2015 – início de 2019), percebem mais espaços de participação - confirmando falas das gestoras no sentido de a participação ter sido princípio orientador -, maior atuação e recepção de demandas, porém ainda insuficientes. Sobre o período recente, da pasta como Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, há desesperança quanto a sua atuação e abertura à participação.

Perpassando todo o período, há a percepção tanto das representantes dos movimentos feministas quanto da burocracia pública, de faltar de patrocínio político real à pauta, o que limita a atuação da pasta. A entrevistada H questiona a criação de uma pasta para dar conta das enormes demandas da vida das mulheres em uma sociedade patriarcal, sem dar a ela

o aparato orçamentário necessário para uma atuação de fato transformadora. As críticas levam ao entendimento de que não há um esforço real por parte dos governantes para um avanço consistente da política, de modo que mesmo as ações existentes, a despeito do esforço das gestoras, ainda são limitadas e carecem de recursos para funcionarem com sustentabilidade.

Já a percepção sobre as instâncias participativas é, em geral, positiva. Vêm limitações, como a não execução de muitas ações propostas e disputas por poder e recursos, mas também diálogos e fortalecimento de laços. Parece haver mais fortalecimento de vínculos já existentes do que a criação de novos. Com exceções, os mesmos movimentos têm atuado nessas instâncias ao longo dos anos. Ainda, a participação de representantes dos movimentos nesses espaços contribui para a incorporação de suas demandas e temáticas. Uma das gestoras entrevistadas (B) reforça a importância do diálogo dos movimentos com o Estado. Ao mesmo tempo, aponta para dificuldades nessa relação vindas do fato de a política governamental e os movimentos sociais atuarem em universos com dinâmicas - tempos e possibilidades-, distintas. Conciliar as diferenças em um diálogo cooperativo seria um desafio que tentou ser enfrentado pela gestão da pasta no período da SPM-MG.

Nesse sentido, tratar da inserção de ativistas dos movimentos sociais na burocracia pública, a entrevistada A aponta para a percepção de um processo de aprendizado das gestoras e gestores tanto sobre os direitos das mulheres quanto sobre os diferentes tempos da política institucional e dos movimentos sociais. A aprendizagem dessas diferentes dinâmicas, segundo ela, se daria também entre militantes. Outra entrevistada (I), que também atuou no Estado, vinculou sua presença ao maior envolvimento de mulheres lésbicas, bissexuais e negras nas atividades da pasta, demanda que pautava sistematicamente ali dentro. Sua presença e atuação teriam estimulado uma participação mais qualificada, e ela acrescenta que a inexistência de uma representação real no corpo burocrático do Estado dificulta a compreensão das equipes quanto à realidade social e a construção de políticas públicas que correspondam, de fato, às demandas das diferentes mulheres.

A presença de ativistas dos movimentos na gestão pública liga-se à uma maior confiança em tratar com o Estado, e ações intrainstitucionais passam

a ocupar maior espaço no repertório dos movimentos. Esse ponto dialoga com a ponderação colocada por uma das representantes da MMM, no sentido de as ações intrainstitucionais serem instrumento para a construção de algo que extrapola aquela participação e, sendo assim, precisam ter sentido estratégico. A presença na gestão pública de militantes de movimentos alinhados ideologicamente com determinado ator coletivo, dá a esse ator mais confiança quanto às ações que serão executadas a partir de determinados espaços de participação e quanto ao acolhimento de suas demandas. Nas entrevistas, tem-se o exemplo da anterior Subsecretária de Políticas para as Mulheres: ligada a movimentos, mulher preta de periferia, mesmo com a resistência de alguns gestores e movimentos tradicionais, despertava confiança e representatividade, favorecendo a participação social.

Surge ainda a importância da diferenciação dos papéis dos sujeitos quando nos movimentos e quando na gestão pública, reforçando que Estado e movimento têm diferentes papéis na luta das mulheres. Além disso, que os movimentos não devem se esvaziar ao deslocar lideranças para a institucionalidade, evitando a desarticulação no campo extrainstitucional.

Considerações finais

Características do feminismo brasileiro contemporâneo são identificadas no caso mineiro. O “*sidestreaming*” destacado por Alvarez (2014) é percebido na descrição de extensos e cotidianos repertórios de interação dos movimentos com outros atores coletivos, e compreendidos pelos movimentos como momentos de fortalecimento mútuo, trocas, aprendizados e disputas sistemáticas. Não só: nota-se o “*sidestreaming*” pelo “*mainstreaming*”, ou seja, fluxos horizontais de discursos e práticas sendo possibilitados e alimentados por espaços da política-institucional engendrados a partir da incorporação, por setores do Estado, da discussões feministas. Fluxos verticais e horizontais aconteceriam simultaneamente nos espaços de participação engendrados, nos quais se encontram atores da sociedade civil, “não cívica” e política. Nesses fluxos, são percebidos aprendizados mútuos e (re)elaborações de significados.

Longe de serem apenas os espaços de participação engendrados pelo Estado a estimularem fluxos de discursos e práticas. As interações que propiciam esses fluxos se dão em vários momentos e por diversos motivos. Sobre fluxos horizontais, a construção de marchas – característica do momento recente confirmada em Minas Gerais – é percebida como processos de intensa interação. As marchas em torno do Dia Internacional de Luta das Mulheres e a construção da Marcha das Margaridas são especialmente destacadas - atividades extrainstitucionais que propiciam forte interação entre atores sociais, criando e fortalecendo vínculos existentes, através dos quais representações e significados são disputados e identidades e estratégias (re)elaboradas. Partidos políticos também são espaços em que fluxos se dão. Ainda, quando a Rede Afro LGBT promove internamente interações entre integrantes de diferentes partidos e que constroem diferentes movimentos, se apresenta como um espaço, por si só, de fortalecimento do “sidestreaming”.

Vínculos com a institucionalidade também são percebidos quando pautam reivindicações, atendem espaços institucionais de participação e disputam cargos eletivos. Todavia, ações intrainstitucionais são apenas parte do repertório dos movimentos, que enfocam ações extrainstitucionais.

Nota-se participação em demais campos movimentalistas para divulgar a perspectiva feminista e, a partir de um processo dialético, alterar o projeto pelo qual lutam os outros campos de modo a dar conta da realidade das mulheres como sujeitos políticos e de direitos. Entendem ser importante estar em espaços ampliados e mistos para contribuir com a (re)elaboração de sentidos e interpretações a partir dos fluxos de discursos e práticas.

Justificativas para a importância de construções em rede remetem não apenas à noção de estrutura de oportunidades políticas, mas à ideia da TNMS de uma centralidade da ideologia, dos valores e crenças políticas como guia. Ao mesmo tempo, são visíveis nos relatos as caracterizações que Alvarez (2014) usa para compreender os campos discursivos de ação: linguagens, sentidos e visões de mundo compartilhados em algum nível articulam os campos – “enraizamento” justificando interações, projetos e horizontes comuns. Se articulam com outros movimentos sociais, personalidades e coletivos variados, também com a sociedade política, e os contextos históricos

marcados por condições específicas são abordados como facilitadores ou dificultadores do acesso de uns e outros a recursos, reorganizando o campo.

Nota-se ímpeto por atuação antissistêmica convergindo, em alguma medida, com a interpretação de que o feminismo contemporâneo firma críticas anticapitalistas. Por mais que alguns dos movimentos estudados não tenham declarado expressamente o anticapitalismo como central em suas lutas – e isso influencia, sem dúvidas, suas ações -, os projetos que almejam para a sociedade são incongruentes com a organização capitalista da vida. Vislumbram sociabilidades construídas sobre bases alternativas. Nas menções ao bem-viver e ao aquilombamento, as feministas negras dão o tom do “enegrecimento” do feminismo. Em diferentes graus, os movimentos partem de uma perspectiva interseccional das opressões.

O feminismo estatal participativo é percebido ao longo dos últimos anos, porém não de forma linear. O grau de participação que a pasta estadual de políticas para as mulheres permitiu variou nas diferentes gestões e, com isso, variou o envolvimento dos movimentos. A presença na institucionalidade de sujeitos com origem em movimentos sociais é relacionada a uma maior confiança, por consequência, a mais ações intrainstitucionais no repertório dos movimentos – o feminismo estatal participativo seria fortalecido. É o caso do período em que a pasta foi Subsecretaria, sob gestão do Partido dos Trabalhadores, a presença de gestoras/es públicos com origem nos movimentos e atrelada a um maior envolvimento dos movimentos.

O ativismo institucional é valorizado, mas é reforçada a importância de diferenciação dos papéis do Estado e dos movimentos na luta das mulheres e, como consequência, dos indivíduos como gestores e como militantes. Chama a atenção que os fluxos de discursos e práticas permitidos pelas interações entre atores levaram a extrapolações dos objetivos pretendidos: aprendizagens quanto às diferentes dinâmicas do Estado e dos movimentos sociais.

Ainda, os movimentos – exceto Graal – convergem sobre a consideração do contexto político para a adoção de estratégias intrainstitucionais. O resultado que uma mudança nas EOPs terá sobre o repertório de ação e interação dos movimentos passa ainda por algum "crivo" ideológico: os valores

que guiam cada gestão dizem da medida em que a participação naqueles espaços será estratégica para a conquista dos objetivos do movimento.

Quando os movimentos mencionam dificuldades em coordenar convergências e divergências políticas, remetem à luta interpretativa como constitutiva do campo feminista. Neste ponto, valem novos estudos sobre possibilidades de disputas por representações e significados serem intensas a ponto de bloquear o “*sidestreaming*”.

Referências

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>

CARLOS, Euzineia. Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología. Anais Eletrônicos... Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/000-062/1699>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

DIANI, Mario. *The concept of social movement*. The Sociological Review, vol. 40, n.1, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>.

DIANI, Mario. Networks and social movements: a research programme. In: DIANI, M.; MCADAM, D. (ed.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press. 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.94-111.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra, essa quilombola. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p.197-200.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p.139-150.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67- 92, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n.76, pp.11-48, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>.

MELUCCI, Alberto. *Getting involved: identity and mobilization in social movements*. International Social Movements Research, vol. 1, 1988.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durhan: Duke University, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Um história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

TARROW, Sidney. *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição. *Diáspora Africana: Editora Filhos da África*, 2018.

VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. *Temáticas*, Campinas, v. 22, (44), p. 203-220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

Recebido em jan. 2021
Aprovado em dez de 2021.